

Revolução nos campos do sul: A participação das mulheres na reforma agrária em Portugal, 1974-1976

ANA SOFIA FERREIRA

PALAVRAS-CHAVES: mulheres rurais, reforma agrária, emancipação, cidadania.

CÓDIGOS JEL: A13, B54, J16, N34.

A Revolução do 25 de Abril de 1974, nos campos do sul ficou marcada por um amplo movimento de ocupações de terras, que consubstanciaram a reforma agrária. A análise da documentação oficial revela-nos um afastamento das mulheres do mundo do trabalho rural da época. Porém, as entrevistas realizadas a mulheres no distrito de Beja mostram-nos uma outra realidade. O que pretendemos com este artigo é analisar o papel das mulheres na reforma agrária, procurando compreender como estas criaram mecanismos de emancipação feminina numa sociedade rural conservadora e onde ainda se fazia sentir marcas ideológicas da ditadura que remetiam a mulher para o lar e lhe negavam um espaço público, económico e político.

Revolution in the Fields of the South: The Participation of Women in Agrarian Reform in Portugal, 1974-76

KEYWORDS: rural women, agrarian reform, emancipation, citizenship.

JEL CODES: A13, B54, J16, N34.

The Revolution of 25 April 1974 featured an extensive land occupation movement as the embodiment of agrarian reform in southern Portugal. Analysis of official documentation indicates that women were distanced from the world of rural labour at the time, but interviews with women in the district of Beja expose a different reality. Our aim in this article is to analyse the role of women in agrarian reform and understand how they created mechanisms for female emancipation in a conservative rural society. In that context, the ideological marks of the prior dictatorship – which consigned women to the home and denied them public, economic and political space – were still palpable.

Recebido: 2025-01-20 · Revisado: 2025-02-26 · Aceito: 2025-05-05

Ana Sofia Ferreira [orcid.org/0000-0002-5521-4191] é professora auxiliar na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigadora integrada do Instituto de Sociologia dessa faculdade. Endereço: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 4150-755 Porto (Portugal). C. e.: asmferreira@letras.up.pt

1. INTRODUÇÃO

O golpe militar de 25 de Abril de 1974 origina um processo revolucionário que, nos campos do sul e no distrito de Beja, conduz à realização da reforma agrária, imposta pela luta dos trabalhadores agrícolas ao poder político que, através da ação legislativa do IV Governo Provisório, no verão de 1975, define uma arquitetura legal, a qual acolhe a nova realidade instituída no terreno pelos assalariados rurais.

Neste processo de transformação das relações de produção nos campos do distrito de Beja e do Alentejo podem-se definir três grandes fases. A primeira corresponde, grosso modo, ao período compreendido entre o 25 de abril de 1974 e as primeiras ocupações de terras, que no distrito de Évora ocorrem em fevereiro de 1975. No entanto, a primeira ocupação foi a do Monte do Outeiro, na freguesia de Santa Vitória, concelho de Beja, a 10 de dezembro de 1974, o que marca o início da reforma agrária. Esta fase caracteriza-se pela luta por melhores salários e, sobretudo, pela garantia de emprego.

A segunda fase, ocorre em termos genéricos do início de junho de 1975 e vai até à tomada de posse de António Barreto como ministro da Agricultura do I Governo Constitucional, em 5 de novembro de 1976. É nesta fase que acontecem as ocupações de terras, no âmbito das quais os assalariados rurais se apropriam de 1.162.434 hectares de terra (Barros, 1981: 68) dos quais 318.118 são no distrito de Beja (Piçarra, 2008: 137). É, ainda, nesta fase que se constituem e são reconhecidas pelo poder político as novas unidades de produção geridas coletivamente pelos trabalhadores e se desenvolve um processo, liderado pelos assalariados destas NUPs (novas unidades de produção) conducente à sua consolidação económica. Segundo Afonso de Barros estas NUPs são 511 em todas a ZIRA (zona de intervenção da reforma agrária), das quais 110 no distrito de Beja (Barros, 1986: 95).

A terceira fase, designada por contrarreforma agrária legislativa, na qual os governos eleitos da democracia portuguesa, «filha» do processo revolucionário, vão alterando, nos campos do sul, a correlação entre a área ocupada por UCPs (unidades coletivas de produção) e cooperativas e a do capitalismo agrário, a favor deste último, desenvolve-se a partir de António Barreto e vai até à reforma agrária transformada numa realidade meramente residual, o que já é um facto aquando da adesão de Portugal à então CEE (Comunidade Económica Europeia), em 1986.

A conquista da terra pelos trabalhadores agrícolas dos campos do sul foi um elemento central na destruição da ordem latifundista, um dos pilares em que assentava o fascismo português, pelo que esta realidade surge como determinante na transição

do país da ditadura para a democracia. Segundo Fernando Oliveira Baptista, apesar da derrota económica e política da reforma agrária nos anos após o processo revolucionário, os trabalhadores agrícolas «venceram no espaço social das vilas e aldeias e na vivência da cidadania. A democracia permitiu consolidar o que a reforma agrária tinha conquistado» (Baptista, 2008: 33-40). Como tal, o tema tem vindo a ser alvo de vários estudos por parte das ciências sociais, que procuram analisar a nova realidade económica e social que emergiu nos campos do sul durante a Revolução do 25 de Abril.

No âmbito de uma análise mais geral sobre a reforma agrária e os seus impactos económicos e sociais temos de destacar os trabalhos de Fernando Oliveira Baptista (1978, 1979, 2001, 2008, 2010, 2021a, 2021b), e de António Barreto (1983, 1984, 1986, 1987a, 1987b). Fernando Oliveira Baptista foi ministro da Agricultura e das Pescas, entre 26 de março e 19 de setembro de 1975, nos IV e V governos provisórios, que implementou a reforma agrária, e que analisa em várias obras a história fundiária e agrícola do Alentejo, vendo a reforma agrária como uma necessidade imposta pelos assalariados agrícolas alentejanos que queriam trabalho e viam neste processo a oportunidade de impor uma nova ordem que pusesse fim aos tempos de miséria. Oliveira Baptista considera que foi com a reforma agrária que a cidadania chegou aos campos do sul

«num processo em que, esta, simultaneamente, se apropriava, administrava e organizava os seus espaços de trabalho e o espaço público das vilas e aldeias, e criava ainda condições que lhe permitiam percorrer livremente o espaço/território de toda a região. Estas dimensões, esta capacidade de um grupo social, à escala de uma região, tomar em mãos o seu próprio destino, constitui a vertente politicamente mais radical da Reforma Agrária e aquela que hoje tem de ser reconhecida e reapropriada pelos grupos e movimentos sociais que lutam por uma alternativa» (Baptista, 2010: 216-217).

António Barreto, ministro da Agricultura e das Pescas, no I Governo Constitucional e que preparou a reforma legislativa que pôs fim à reforma agrária, publicou uma obra em sete volumes sobre a reforma agrária, que constitui um dos mais detalhados registos sobre este período e recolheu uma série de testemunhos sobre os proprietários expropriados, os pequenos proprietários, os seareiros e outros agricultores envolvidos no processo, que foram publicados no livro *Memória da Reforma Agrária* (1987a) e que constituem um importante testemunho sobre este acontecimento histórico. António Barreto destaca o papel do Partido Comunista Português no rumo da reforma agrária, defendendo que os trabalhadores agrícolas alentejanos nunca quiseram a posse da terra, apenas reivindicando trabalho e salário, e que esta foi imposta pelos sindicatos

agrícolas hegemonzados pelo PCP, tornando o Alentejo um Estado dentro do próprio Estado (1987b).

Apesar de serem estudos fundamentais para se compreender a reforma agrária nos campos do sul, as obras de Oliveira Baptista e António Barreto refletem o pensamento de dois dos principais protagonistas deste acontecimento histórico. Todavia, nas últimas décadas têm sido publicados um conjunto significativo de estudos académicos de carácter local e regional sobre a reforma agrária, procurando contextualizá-la no âmbito do processo revolucionário português. A maioria destes trabalhos considera que a reforma agrária resulta de uma manipulação dos assalariados agrícolas por uma determinada elite doutrinada para o efeito pelo Partido Comunista Português (PCP) por via dos seus dirigentes sindicais na região (Almeida, 2006) ou por outros partidos político, sem colocar em causa o papel do PCP, em que a reforma agrária é vista como o desfecho da luta pelo emprego e por melhores salários (Cataluna, 1996; Fernandes, 2006; Piçarra, 2022, 2020, 2008; Sousa, 2011). Um papel importante na luta dos trabalhadores agrícolas coube ao Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, formado logo após a revolução, tendo emergido um novo tipo de sindicalismo depois de 48 anos em que uma parte significativa dos portugueses, entre os quais, os trabalhadores agrícolas alentejanos, estiveram alienados de direitos sindicais e políticos. No contexto da revolução, os trabalhadores rurais alentejanos e ribatejanos sentiram necessidade de se organizar em sindicatos, que representassem os seus interesses e reivindicações e que defendessem a reforma agrária (Soeiro, 1995, 2013).

As limitações ao exercício dos direitos políticos impostas pelo Estado Novo à maioria da população portuguesa permitem afirmar que os portugueses não participavam na vida política porque não lhe tinham acesso. Por isso, assim que as circunstâncias mudaram, os portugueses passaram a atuar politicamente com grande intensidade. O mesmo ocorreu no Alentejo, verificando-se uma grande mobilização dos operários agrícolas nos sindicatos, na adesão a partidos político, sobretudo de esquerda, com predomínio para o PCP e na intensa participação eleitoral, com Beja a registar uma taxa de abstenção de 7,87%, ligeiramente inferior à média nacional que foi de 8,34%, tendo o PCP alcançado 39% dos votos, tornando-se o partido mais votado no círculo eleitoral de Beja¹. Nancy Bermeo (1986 [2024]), que entrevistou 180 trabalhadores de Portel, seguindo o método do inquérito com respostas breves (sim ou não), concluiu que os trabalhadores se tornaram mais ativos politicamente pelo facto de terem participado na autogestão das cooperativas, algo que tem sido contestado nos últimos anos, pois as direções das

1. Comissão Nacional de Eleições: <https://www.cne.pt/content/eleicoes-para-assembleia-constituente-1975>.

cooperativas e UCPs era feita por uma minoria de trabalhadores, uma pequena elite local de assalariados agrícolas, ligados ao sindicato e aos partidos políticos. A maioria dos trabalhadores rurais homens não participou em qualquer órgão de gestão (Almeida, 2006) e as mulheres estiveram completamente ausentes destes órgãos.

Para Scott (2013) a discordância com as estruturas de poder e a resistência à ordem estabelecida manifestam-se, na maioria das vezes, de maneira subtil, em atos quotidianos, sob a forma de expressões culturais, como canções, piadas, histórias e símbolos, permitindo que os *subalternos* (Guha, 1997) expressem o seu descontentamento e oposição sem medo de represálias. No Alentejo, os trabalhadores rurais utilizaram durante a ditadura formas de resistência passiva e quotidiana, mas também houve momentos de erupção e contestação, com a realização de greves e manifestações, como comprovam as 495 lutas ocorridas nos distritos de Beja, Évora e Portalegre durante a ditadura (Partido Comunista Português, 1982). Esta resistência mostra a consciencialização dos trabalhadores rurais alentejanos para as dificuldades em que viviam, a miséria, a pobreza e a injustiça social e constituem um reportório simbólico de lutas que serão utilizadas como forma de mobilização política durante a reforma agrária.

Apesar desta multiplicidade de estudos sobre a reforma agrária, até aos dias de hoje são poucas as investigações que, desde o ponto de vista histórico, destacaram o papel das mulheres rurais alentejanas. Em Portugal, apesar dos grandes avanços historiográficos e dos vários trabalhos que já existem na área história das mulheres e do género (Vaquinhas, 2019), verifica-se que, para o período pós 25 de Abril, os estudos sobre género e movimentos sociais se centram sobretudo na análise dos movimentos feministas; em torno de temas explicitamente relacionados com o género; ou relacionado com a participação das mulheres na política institucional, partidária ou eleitoral, percebendo-se um destaque dado às mulheres urbanas e da elite intelectual. Sobre a participação das mulheres do mundo rural na vida política e social e nos reportórios de ação coletiva pós-25 de Abril os estudos são bastante mais escassos. Destacam-se, neste caso, o trabalho de recolha de entrevistas realizado por Maria Antónia Pires de Almeida para a sua tese de doutoramento sobre a reforma agrária no concelho de Avis, distrito de Portalegre (Almeida, 2006), que foram posteriormente publicadas em forma de livro, em que estão compiladas 31 entrevistas, sendo 9 a mulheres, que retratam a vida dos habitantes rurais, de vários estratos sociais na segunda metade do século xx, realçando a vivência feminina, o analfabetismo, a miséria, a vida de casadas, os partos, os abortos clandestinos, o cuidado dos filhos e o machismo inerente à sociedade patriarcal da época (Almeida, 2010). Relevante é também o trabalho publicado por Sandra Clark e Brian O'Neill, um artigo na revista *Critique of Anthropology*, em 1980, e que foi reeditado em 2024 pela revista *Etnográfica*, num número especial dedicado às comemo-

rações dos 50 anos do 25 de Abril; os autores dedicam uma especial atenção ao papel das mulheres na sociedade rural alentejana antes e depois do 25 de Abril e ao seu papel no processo da reforma agrária da região, considerando que a participação política das mulheres de Vila Velha (nome ficcional dado por José Cutileiro à localidade alentejana que foi objeto da sua obra) é mínima, ao contrário do que aconteceu noutras áreas do Alentejo (Clark & O'Neill, 2024: 49). E os trabalhos desenvolvidos por Paula Godinho, que tem analisado a resistência rural no Couço, distrito de Santarém, uma pequena vila que está marcada pela resistência à ditadura (Godinho, 2001) e por sempre se ter feito representar nas organizações dos trabalhadores rurais do Sul (Godinho, 2024: 154). Nas entrevistas feitas a mulheres desta pequena vila, a autora mostra como a reforma agrária foi importante para impulsionar a participação feminina na vida pública, num país em que fora praticamente interdita durante 48 anos (Godinho, 2024: 168-169). Um contributo importante é o recente artigo de Rita Calvário e Cecília Honório sobre o papel das mulheres rurais na resistência à ditadura e no processo revolucionário, que centra a participação política destas mulheres no período revolucionário numa «trajetória de um percurso longo de resistência à ditadura em que elas foram centrais» (Calvário & Honório, 2024: 57-73).

Esta desvalorização das mulheres do mundo rural pela historiografia não é uma realidade apenas portuguesa. Até aos dias de hoje são poucas as investigações que, desde o ponto de vista histórico, destacaram o papel das mulheres do mundo rural, o seu trabalho e a sua contribuição para a economia agrária. E são praticamente inexistentes as pesquisas sobre o papel das mulheres rurais no espaço público e nos movimentos de ação coletiva. Seja como agentes económicos, seja como agente políticos, as mulheres do mundo rural continuam a ser as «grandes desconhecidas» da história rural, cujos enfoques se têm obedecido a uma perspetiva «androcêntrica» e «agrocêntrica» (Ortega & Cabana, 2021) e dos estudos de género, pois estes têm centrado as suas investigações sobre as mulheres urbanas, tendo o pensamento feminista sido forjado sobre uma conceção «urbanocêntrica» que situa nos espaços urbanos e industriais os cenários do progresso, do desenvolvimento económico e das lutas políticas e sociais (Whatmore, 1991), que condenou o espaço rural e as suas mulheres à invisibilização.

Outro dos eixos centrais nos debates contemporâneos sobre género e história agrária refere-se à divisão do trabalho no meio rural. Tradicionalmente o pensamento feminista delimita a esfera do produtivo e do reprodutivo, do trabalho e da família, da empresa e da casa, adotando a divisão sexual do trabalho como o modo de produção capitalista. Como tal, os estudos agrários conferiram centralidade às atividades desempenhadas por homens, como a produção agrícola em larga escala, a administração das propriedades e a liderança em sindicatos e movimentos sociais, consolidando uma

visão do trabalhador rural pautada pelas experiências masculinas, em que a mulher é vista como a esposa ou a «ajudante» do homem na realização das tarefas agrícolas (Paulilo, 2016). Em contrapartida, as tarefas realizadas pelas mulheres (como o cuidado com o lar, a alimentação da família, a educação dos filhos e mesmo atividades produtivas como o cultivo de hortas ou a criação de pequenos animais) foram sistematicamente invisibilizadas ou desvalorizadas, não sendo reconhecidas como formas legítimas de trabalho (Shortall, 1999). De facto, nas comunidades rurais, as vidas das mulheres desafiam estes limites, pois a vida familiar e laboral desenrola-se num espaço social em que os dois âmbitos, produtivos e reprodutivo, são difusos devido à presença constante da estrutura familiar. Numa perspetiva de género, as atividades femininas dentro do mundo rural têm de ser reinterpretadas como elementos essenciais para a reprodução social e económica dentro das sociedades camponesas. Tal abordagem crítica desafia a dicotomia tradicional entre «trabalho produtivo» e «trabalho reprodutivo», questionando os critérios que definem o valor e a legitimidade do trabalho no contexto agrário (Deere & León, 2000). Ao incorporar essas dimensões historicamente negligenciadas, os estudos de género contribuem para a ampliação dos marcos analíticos da história agrária, promovendo uma compreensão mais complexa e inclusiva das dinâmicas sociais no campo.

Analisar o papel das mulheres dos campos do sul neste processo de transição é estudar a sua ação na edificação da reforma agrária, tendo como espaço o distrito de Beja e o período temporal definido entre abril de 1974 e o final de 1976. A escolha do distrito de Beja deve-se ao facto de aqui se ter iniciado o processo de reforma agrária, em dezembro de 1974. Com vastas extensões de latifúndios e uma elevada concentração de trabalhadores agrícolas assalariados, a região tornou-se central nas ocupações de terras e na implementação de políticas de redistribuição fundiária. Além disso, embora tradicionalmente excluídas das decisões políticas, após o 25 de Abril, verificou-se uma forte presença feminina em manifestações e comícios por todo o Alentejo, incluindo Beja, o que foi algo extremamente inovador para a região. Portanto, o distrito de Beja afigurava-se como um caso emblemático para o estudo da participação das mulheres na reforma agrária em Portugal.

Para realizar esta trabalho recorreu-se aos documentos do Arquivo dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, principalmente às atas de constituição das 35 UCPs do distrito, às atas das reuniões das assembleias constitutivas das UCPs (Margem Esquerda, Luta dos Camponeses, Otelô Saraiva de Carvalho, Custou, mas sempre foi —as únicas existentes neste arquivo para o distrito de Beja) e aos planos de exploração agrícola destas quatro unidades coletivas, que permitiram ver a relação dos trabalhadores agrícolas por período do ano e o salário que auferiam. Esta pesquisa permitiu constatar

a presença das mulheres no mundo do trabalho rural, mas numa posição subalterna em relação aos homens, pois eram sobretudo trabalhadoras eventuais e recebiam salários mais baixos e a ausência das mulheres na direção do sindicatos, das unidades coletivas de produção e nas comissões de trabalhadores.

Também se recorreu a entrevistas orais, recolhidas no distrito de Beja, uma vez que a ausência da memória escrita e oral das mulheres é uma lacuna nas fontes históricas primárias (Perrot, 2005). Entrevistaram-se quatro mulheres e utilizaram-se os testemunhos publicados por Antónia Pires de Almeida no livro *Memórias alentejanas do século xx*. Das mulheres entrevistadas 3 eram trabalhadoras agrícolas eventuais e uma, Teresa Fernandes, trabalhava na loja da UCP 26 de Janeiro. Todas eram alfabetizadas, embora apenas Teresa Fernandes tenha continuado os estudos após o cumprimento da escolaridade obrigatória, o que lhe permitiu arranjar um emprego nos escritórios da loja da UCP. As quatro provinham de famílias de assalariados rurais do distrito de Beja e estavam sindicalizadas, mas apenas Salomé Varela foi dirigente sindical. Neste artigo, o recurso à história oral (Abrams, 2010) foi importante para compreender a participação das mulheres na reforma agrária e como esta foi essencial para o ganho de um espaço de cidadania ativa e para a emancipação das mulheres rurais, sobretudo, quando estas não aparecem nas fontes oficiais.

2. «A GENTE QUE NÓS SOMOS»: A ESTRUTURA SOCIAL DO ALENTEJO E A SITUAÇÃO DAS MULHERES

À semelhança do resto do Alentejo, no distrito de Beja, em vésperas de 25 de abril de 1974, predomina a grande propriedade. De facto, 1,4% das explorações agrícolas recenseadas em 1968² correspondem a 354.605,7 hectares, ou seja, a 47% da área agrícola. Esta grande propriedade, mais de 500 hectares, era detida pelos grandes latifundiários: uns que não abandonaram o modelo económico do latifúndio tradicional (exploração em extensão) e outros que transformaram as suas explorações em empresas capitalistas com recurso crescente à intensificação e à motorização. Estes latifundiários raramente viviam nas suas propriedades agrícolas, morando na sede do concelho ou em Lisboa e só iam à propriedade por pequenos períodos.

Abaixo desta classe dos grandes proprietários encontram-se as classes intermédias que, segundo o inquérito agrícola de 1968, detém 34,2% das explorações agrícolas, com áreas entre os 20 e os 500 hectares. Embora representados nas estruturas do poder

2. INE: Inquérito às explorações agrícolas de 1968.

político e corporativo local, o seu interesse mantém-se subordinados aos dos grandes proprietários agrícolas. As restantes explorações, a maioria, com áreas oscilando entre os 4 e os 20 hectares, são dos pequenos agricultores. A maioria vivia na aldeia e tinha frequentado a escola primária, sabendo ler e escrever. Nos anos 60, os seus filhos já começaram a frequentar os liceus e as universidades. Eram um grupo pequeno e homogéneo no contexto alentejano (Carmo, 2007: 811-835).

Na base desta estrutura económica e social encontram-se os assalariados rurais que, em 1970, são 38.875, representando 77% da população ativa agrícola. Nesta estrutura fundiária, apesar dos avanços da motorização durante as décadas de 1950 e 1960, esta é ainda débil à entrada dos anos 70 do século passado o que faz com que grande parte do trabalho agrícola seja realizado por mão-de-obra assalariada. No início da década de 1970 os assalariados rurais dividem-se em duas categorias: os permanentes e os temporários. A categoria dos permanentes é constituída quase exclusivamente pelos homens. As mulheres, neste grupo, exercem a sua atividade como empregadas domésticas nos montes das herdades dos grandes proprietários, tendo a seu cargo a realização de todas as tarefas domésticas, como a limpeza e a cozinha e, muitas vezes, tomando conta dos filhos dos proprietários. A grande maioria dos assalariados rurais encontra-se na categoria dos temporários. Não possuem patrão certo e trabalham onde há trabalho. É aqui que se integram as mulheres assalariadas rurais, que trabalham sazonalmente na vindima, na monda, na apanha da azeitona, na ceifa, na apanha do grão, do tremçoço, do tomate, etc.

O ideal feminino do Estado Novo preconizava o ideal de mulher dedicada ao lar e ao marido, completamente submissa, conservadora e católica. Salazar refere explicitamente qual o papel da mulher na ditadura portuguesa numa série de entrevistas que deu a António Ferro e que foram publicadas em livro:

«[...] a mulher casada, como o homem casado, é uma coluna da família, base indispensável de uma obra de reconstrução moral. Dentro do lar, a mulher não é escrava. Deve ser acarinhada, amada e respeitada, porque a sua função de mãe, educadora dos seus filhos, não é inferior à do homem. Nos países ou nos lugares onde a mulher casada concorre com o trabalho do homem –nas fábricas, nas oficinas, nos escritórios, nas profissões liberais– a instituição da família pela qual nos batemos como pedra fundamental de uma sociedade bem organizada ameaça a ruína [...] Deixemos, portanto, o homem a lutar com a vida no exterior, na rua [...] E a mulher a defendê-la, a trazê-la nos seus braços, no interior da casa [...] Não sei, afinal, qual dos dois terá o papel mais belo, mais alto e útil» (Ferro, 1932: 13).

Para educar as raparigas na virtude, na moral e nos bons costumes, o Estado Novo criou a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF), em 1938, sob a alçada da Obra das Mães para a Educação Nacional. De inscrição obrigatória entre os sete e os quatorze anos, nas aulas da MPF, as raparigas aprendiam a ser boas cristãs, os melhores comportamentos morais e as melhores posturas do corpo. Também havia uma preocupação com a educação física, a higiene e a puericultura: «Aprendia-se a agarrar a criança ao colo (normalmente, crianças pobres emprestadas à caridade), a banhá-la, a alimentá-la, a vesti-la ou a adormecê-la» (Brasão, 1999: 90-91). Além disso, as raparigas da MPF deviam ser capazes de gerir o orçamento doméstico, saber cozinhar, orientar as criadas e possuir «uma cultura geral suficiente para acompanhar o marido da mesma condição social. [...] Em suma, as ‘nossas raparigas’ deveriam ser elegantes e verdadeiras, boas, calmas, bem-educadas, simples, ativas e incansáveis, decididas e sãs [...] amar os pobres e colaborar em obras sociais e religiosas» (Pimentel, 2007: 63-64).

De forma a manter a mulher casada na esfera do lar, a ditadura produziu um conjunto de leis que interditavam ou dificultavam o trabalho feminino, com a existência de profissões que estavam vedadas às mulheres, como ser juíza, diplomata, militar ou polícia. Noutras o casamento era sujeito a autorização especial, como é o caso das enfermeiras³, das professoras primárias⁴ e das telefonistas⁵. Contudo, como refere Maria Lamas, na obra *As Mulheres do Meu País*, as mulheres sempre trabalharam e exerceram um conjunto muito grande de atividades:

«Não tem limites as profissões da mulher do povo! Com continuidade ou eventualmente, todas empregam o seu esforço máximo para angariar o pão. A mulher portuguesa é das mais trabalhadoras, tanto por índole, como para prover às suas necessidades e às dos filhos, visto que, na grande maioria, o homem não ganha o suficiente para manter a família. Chamar mandriona a uma mulher é ofensa grave entre o povo. Isto demonstra em que conta é tido o trabalho feminino, não somente no que se refere à lida caseira, como em qualquer outra tarefa» (Lamas, 1948: 401).

No Alentejo, ao contrário do que acontecia no norte do país, as mulheres apenas trabalhavam sazonalmente. Relegadas para uma posição de subalternidade face ao homem na sociedade e na família, juntam ao trabalho no campo, quando havia, o cuidar da casa, do marido e dos filhos. Realizam as mesmas tarefas que os homens, nomeada-

3. Decreto-Lei n.º 28.794, de 1 de julho de 1938.

4. Decreto-Lei n.º 23.051, de 23 de setembro de 1933.

5. Código do Processo Civil de 1939.

mente na ceifa e na vindima, mas recebem um salário inferior (Silva *et al.*, 1976). Nos períodos em que os maridos trabalhavam em herdades longe ou nas obras públicas e só vinham a casa ao fim-de-semana ou de quinze em quinze dias, eram elas que geriam toda a casa, tornando-se responsáveis pelos problemas que envolvia dinheiro, bem como para tratar assuntos com as autoridades. Estas mulheres gozavam de alguma liberdade, pois além do trabalho sazonal nos campos ainda iam às compras, iam à vila, tinham alguma vida fora de casa. As mulheres dos proprietários e latifundiários viviam bastante confinadas às suas casas, raramente saíam e dedicavam o seu tempo a supervisionar as tarefas domésticas, aos trabalhos de costura, às obras de caridade e ao ócio (Cutileiro, 2004: 92-96).

A maioria destas mulheres abandonou a escola muito cedo, tendo apenas cumprido a escolaridade obrigatória, ou nem isso. Ir à escola era caro, pois significava comprar material escolar, roupa e sapatos, e na mentalidade da época eram os rapazes que deviam estudar, pois seriam eles os provedores da família enquanto às mulheres competia cuidar desta. Contudo, nas famílias dos assalariados rurais era normal que rapazes e raparigas deixassem cedo a escola. Os rapazes iam guardar o gado até terem idade para ir trabalhar na agricultura, as raparigas ficavam em casa a ajudar a mãe até aos onze, doze anos, quando começavam a trabalhar sazonalmente nos campos:

«Eu não sei ler, o meu pai não deixou. Podia ter ido à escola, porque a gente morava ali a 10 minutos a pé, era um monte assim muito grande, morava lá muita gente. Mas ele não deixou por ser mulher. Eu tenho só uma irmã. Se tivesse um irmão, ele deixava-o ir à escola. Eu queria ir, eu chorava. Porque eu queria era a escola. Mas o meu pai não deixou. Dizia mesmo «Se fossem rapazes, eu deixava, mas raparigas não». A minha mãe também não sabia. Só me ensinou a coser. Mas, eu comecei logo a trabalhar no campo aos oito anos, a fazer tudo» (Almeida, 2010: 80).

Também nas elites económicas alentejanas o sexo feminino era discriminado em relação à escolaridade, pois as filhas dos latifundiários não frequentavam a escola e estudavam preferencialmente em casa, com professores particulares, estando-lhes negado, salvo algumas exceções, a frequência do liceu ou da universidade. Também lhes era negado ao acesso ao património e, quando o tinha, era o marido que o geria e decidia sobre ele⁶.

6. Código Civil de Seabra de 1867, art. 1149. Este código civil apenas foi revogado a 1 de julho de 1967, com a entrada em vigor do Código Civil de 1966.

No Alentejo, tal como noutras regiões do país, predominava a família nuclear, mas também se verificava a existência de uma proporção significativa de pessoas que viviam sozinhas e famílias constituídas por uniões informais. O campesinato pobre alentejano e operariado urbano muitas vezes ignoravam o casamento formal e era frequente que os jovens se juntassem e passassem a viver juntos sem casar, não havendo qualquer preocupação em legalizar estas uniões. A união de facto aparecia como a solução mais simples e económica para iniciar a vida a dois, respeitando, ao mesmo tempo, os valores e princípios tradicionais da conjugalidade (Vaquinhas, 2011: 130-133).

A miséria grassava pelos campos do sul. Durante o inverno, altura em que não havia trabalho na agricultura, aldeias inteiras ficavam cheias de homens e mulheres desempregados. A extrema miséria dos assalariados agrícolas tornou a caridade e o roubo formas de comportamento institucionalizado no Alentejo (Cutileiro, 2004; Ferreira, 2024: 74; Pereira, 1980: 135-156).

As profundas transformações sociais e económicas ocorridas nas décadas de 50 e 60, conduziram a alterações significativas da vida dos campos. A industrialização levou muitos trabalhadores rurais a deixar as suas aldeias para procurar empregos nas fábricas das cinturas industriais de Lisboa, do Porto ou de Braga, onde encontravam um salário fixo, regalias sociais e fins-de-semana livres, apesar da persistência dos baixos salários e das duras condições de trabalho e de vida. Além disso, a ida para África, para combater na guerra colonial, ou para um país europeu, sobretudo para França, no contexto da grande vaga migratória dos anos 60, permitiu-lhes descobrir novos mundos, novas realidades e outras formas de vida (Ferreira, 2024: 74). No Alentejo, os fenómenos do êxodo rural e da emigração, juntamente com a motorização da agricultura, provocaram mudanças significativas na estrutura social e económica, com o declínio da agricultura familiar seareira, que tinha sido fundamental durante as décadas de 40 e 50 (Carmo, 2007: 811-835).

Dados dos Inquéritos de Exploração Agrícola de 1952-1954 e de 1968 (o último realizado pelo Estado Novo e que foi publicado em 1971) mostram um aumento no Alentejo de 135% do número de explorações que utilizavam pelo menos um motor (de combustão e/ou elétrico) e um aumento de 317% no uso de pelo menos um trator nas explorações da região⁷. Contudo, a agricultura portuguesa caracterizava-se pelo seu baixo rendimento e reduzido investimento, o que conduziu à descapitalização do setor e à estagnação da produção entre 1968 e 1973, o que juntamente com a manutenção dos baixos salários e as difíceis condições de vida levou a um aumento da emigração.

7. Instituto Nacional de Estatísticas, Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente, 1968.

A grande vaga migratória dos anos de 1958-1974, que levou à saída de mais de um milhão e meio de portugueses e o êxodo rural fez com que o Alentejo perdesse 34,4% da população ativa agrícola e 38,2% dos assalariados rurais (Piçarra, 2022: 36). Maioritariamente, emigravam os homens em idade ativa, que partiam sozinhos, na maioria dos casos ilegalmente, *a salto*, como se costumava dizer na época (a emigração clandestina representava 64%, sendo substancialmente superior à legal). No entanto, nos casos de casais, o papel da mulher era fundamental na decisão, visto ela ser considerada como o «motor da emigração e do projecto familiar» (Trigo, 1981: 220). Apesar da falta de estudos sobre a emigração feminina no contexto português da época, no início dos anos 60, as mulheres representariam cerca de 25 a 30% dos emigrantes, tendo este número aumentado para 35 a 40% no início dos anos 70 devido aos pedidos de reagrupamento familiar. Apenas 15% das mulheres emigrariam com o objetivo de arranjar um trabalho (Ruivo, 2001: 19). A emigração contribui para uma feminização das profissões agrícolas (Cavaco, 1981: 30), pois verificou-se um «crescimento na proporção de mulheres, o que certamente se deve ao facto de o êxodo ter sido mais profundo nos trabalhadores familiares – homens» (Baptista, 1993: 381). A par deste fenómeno verificou-se uma urbanização dos concelhos rurais alentejanos e as consequentes alterações no modo de vida.

Estas mudanças contribuíram para a progressiva modernização da sociedade portuguesa, desafiando as estruturas tradicionais e fomentando novas aspirações entre as populações rurais. O contacto com diferentes realidades, tanto dentro como fora do país, ampliou horizontes e impulsionou transformações culturais e sociais que viriam a ter impacto nas décadas seguintes, abrindo caminho para a democratização e a integração de Portugal num contexto europeu mais amplo.

3. A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA REFORMA AGRÁRIA NO DISTRITO DE BEJA

Logo após o golpe militar, os assalariados agrícolas do distrito de Beja iniciam a constituição do sindicato rural. A 2 de junho de 1974 realizam o primeiro plenário à escala distrital e a 9 do mesmo mês elegem uma comissão pró-sindicato e um secretariado e aprovam o caderno reivindicativo da classe que apresentam aos representantes dos grandes proprietários agrícolas. Nestas movimentações, destinadas à constituição do sindicato, as mulheres trabalhadoras agrícolas estão ausentes, como estão de todos os órgãos do STADB (Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja) até 28 de setembro de 1975, data em que Luzia Carrasco Veredas, da freguesia de Pias, concelho de Serpa, é eleita para a direção do sindicato. Segue-se Salomé Varela, do concelho de Cuba, que tinha 17 anos na altura em que foi convidada a ir para a direção do Sin-

dicato. Ambas reuniam as condições que eram consideradas necessárias para poderem fazer trabalho sindical: eram jovens, solteiras, sem filhos, alfabetizadas e já politizadas.

«Eu fui para o sindicato com 17 anos. Eu trabalhava na UC 4 de Agosto e, por acaso, era moça, era rebelde e era das que falava mais, exigia mais direitos e esclarecia as outras pessoas, as que eram analfabetas. Eu já trazia os pepéis que eram de um camarada que era delegado sindical, que era o Alcalaia, que era o primeiro delegado sindical aqui de Cuba. Ele dava-me os papeis, eu lia e relia e relia, para depois na hora do almoço poder esclarecer os camaradas. E elas sentiam-se esclarecidas e ao sentirem-se esclarecidas participavam muito ativamente. E foi daí que o camarada disse que ia haver uma nova direção dos sindicatos e que precisávamos de mulheres e que eu havia de ser uma das novas dirigentes sindicais. Eu fiquei um bocadinho de pé atrás. Ser dirigente sindical é muito complicado, é uma coisa muito importante, mas fui à aventura. Tinha 17 anos. E consegui»⁸.

Na segunda assembleia de delegados do sindicato agrícola do distrito de Beja, realizada a 26 de janeiro de 1975 nesta cidade, onde se juntam representantes de 72 freguesias do distrito, todos homens, estes aprovam, pela primeira, vez uma moção exigindo a imediata expropriação do latifúndio e a realização da reforma agrária, enquanto decidem ocupar as herdades dos empresários agrícolas que não pagassem o salário aos trabalhadores distribuídos. No dia 2 de fevereiro, é realizada uma manifestação de trabalhadores agrícolas a exigir a reforma agrária. De acordo com o *Diário do Alentejo* do dia seguinte, estiveram presentes cerca de 20 mil pessoas, tendo participado muitas mulheres (*Diário do Alentejo*, 3 de fevereiro de 1974).

A participação das mulheres em manifestações durante a reforma agrária com muitas destas mulheres a saírem das suas aldeias para irem a Beja, Évora ou Lisboa, a pé, de motorizada, em tratores, carrinhas, como demonstram fotografias da época e os relatos feitos por essas mulheres. Para muitas delas foi a primeira vez que saíram das suas localidades e que se deslocaram a Lisboa.

«Os homens é que começaram e a gente ajudamos também. Ajudávamos, participávamos no que eles faziam. Em manifestações, em ficar alerta. Não consigo explicar bem. Participei em manifestações em Odemira, em Beja, ainda fui a Lisboa a algumas. Iam bastante mulheres»⁹.

8. Entrevista a Salomé Varela, Cuba, agosto de 2021.

9. Entrevista a Georgina, Odemira, agosto de 2021.

«Nas manifestações os homens iam sempre à frente, mas havia muitas mulheres, mesmo as que não trabalhavam na reforma agrária. Elas participavam ativamente. Lembro-me de uma senhora que estava sempre presente e fazia intervenções que tinham peso. Falava do que era antes e que o marido tinha sido preso pela PIDE. Havia essas mulheres que contavam essas experiências»¹⁰.

Quando se inicia o processo de ocupações de terras, inicialmente as mulheres não participam diretamente. A primeira fase das ocupações de terras no distrito de Beja, que vai do início do ano de 1975 até 4 de julho, data da aprovação das leis da reforma agrária em reunião do Conselho de Ministros do IV Governo Provisório e são ocupados 8,583 ha, 2,7% do total. Estas ocupações são preparadas pelo STADB e são realizadas pelos trabalhadores temporários colocados nestas explorações agrícolas pelo sindicato ao abrigo do Contrato Coletivo de Trabalho Rural para o distrito de Beja, e resultam do facto dos empresários agrícolas não lhes pagarem o salário e quererem despedi-los ou de estarem a praticar atos visando a descapitalização dessas explorações¹¹. Estes trabalhadores temporários são na sua maioria homens, uma vez que na política de distribuição de trabalhadores desempregados a prioridade é dada ao elemento masculino. Nesta primeira fase das ocupações, dirigidas pelo Sindicato são os homens que participam no processo da ocupação, mas não estão à margem dele, uma vez que são os seus maridos, filhos, tios, sobrinhos, pais, em suma, os seus familiares, que estão implicados no processo. Na segunda fase, que termina em 30 de setembro de 1975 e são ocupados pelos trabalhadores 76.115 hectares, 23,92% do total, as mulheres fazem a sua entrada, como trabalhadoras eventuais, nas herdades coletivas, devido à necessidade que havia de mão-de-obra para realizar as tarefas agrícolas.

«Quando foi o 25 de Abril, eu estava a trabalhar na Aroeira, que veio a ser a UCP 4 de Agosto. No dia da ocupação havia lá meia dúzia de trabalhadores. Nessa altura havia muito trabalho e a meia dúzia de trabalhadores não conseguia fazer o trabalho e iam buscar as mulheres, iam buscar as mais novas e eu, por acaso, estava lá inserida. Vem um comunicado para ocuparmos as terras, porque os trabalhadores estavam um, dois, três meses sem receberem salários. Eles diziam que não pagavam porque não podiam, mas se eles não pagavam era porque não queriam. Então, ocupou-se as terras. Houve um plenário, mas as mulheres não foram chamadas. Foram só chamados os seis homens

10. Entrevista a Idalete Vieira, Vidigueira, agosto de 2021.

11. Arquivo da Reforma Agrária, Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Contrato Coletivo de Trabalho Rural para o distrito de Beja, 29/10/1974.

que lá trabalhavam. As mulheres também estavam lá a trabalhar, mas nesse plenário não foram chamadas. Foram só os seis homens e perguntaram-lhes se eles queriam ocupar as terras e eles disseram logo que sim. Foram homens excelentes, eram trabalhadores, sendo analfabetos parece que estavam bem esclarecidos, ou talvez por a vivência da vida ser tão amargurada e quisesses fazer uma mudança na sua própria vida disseram logo que sim»¹².

É aqui nesta segunda fase de ocupações que os trabalhadores vão criando e desenvolvendo formas de gestão coletiva da terra, o que fazem com enormes dificuldades, uma vez que não há dinheiro para o pagamento de salários nem para a compra de fatores de produção. A terceira e última fase desenvolve-se até final do ano de 1975 e nela são ocupados 233,42 ha, 73,38% do total (Piçarra, 2008: 137) e nela contata-se uma maior participação das mulheres, pois a criação das unidades coletivas de produção levou a um aumento da contratação de mão-de-obra, embora as mulheres ainda se mantivessem essencialmente como trabalhadoras eventuais¹³, apesar de haver algumas cooperativas (poucas) que já começaram a contratar trabalhadoras de forma permanente:

«Trabalhava quando havia mais trabalho, percebe. Porque houveram cooperativas que puseram mais mulheres e as mulheres trabalhavam ao lado deles o ano inteiro, mas houve outras cooperativas que não. A maioria em Albernoa foi assim, não. As mulheres só iam trabalhar quando havia o apanho da azeitona, que os homens não davam para isso, ou quando havia uma monda, no tempo da monda do trigo. Nessa altura, era preciso mais pessoal e eu ia trabalhar»¹⁴.

Todavia, as mulheres que tinham um posto de trabalho permanente eram geralmente as que faziam trabalho de escritório ou trabalhavam na loja da cooperativa. Estas eram mulheres jovens, já escolarizadas, que faziam um trabalho mais qualificado.

«Foi trabalhar para uma loja da UCP 26 de Janeiro, em Novembro de 1976. Tinha estudado e tirado o atual 9º ano de escolaridade [...]. Eram mais os homens que eram colocados nas herdades a trabalhar. As mulheres não eram permanentes, com exceção dos escritórios e das lojas. De resto, as mulheres

12. Entrevista a Salomé Varela, Cuba, agosto de 2021.

13. Arquivo da Reforma Agrária, Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Planos de exploração agrícola das Unidades Coletivas de Produção Margem Esquerda, Luta dos Camponeses, Oteló Saraiva de Carvalho, Custou, mas sempre foi.

14. Entrevista a Teresa Fernandes, Albernoa, agosto de 2021.

só eram contratadas quando era necessário. Eram contratadas quando havia falta de mão-de-obra»¹⁵.

A participação das mulheres na reforma agrária, que os trabalhadores estão a realizar no terreno, quer integradas como trabalhadoras eventuais nas novas unidades de produção, quer enquanto participantes ativas na luta de massas pela defesa e aprofundamento das alterações nas relações de produção nos campos, não se traduz, no entanto, na ocupação de cargos dirigentes nas herdades coletivas que estão a florescer em resultado do movimento de ocupações.

Depois das propriedades ocupadas era necessário proceder à sua gestão. Inicialmente, durante as primeiras duas fases das ocupações, trabalhadores temporários e permanentes reuniam em plenário e procediam à eleição de uma comissão que, a partir desse momento, passava a gerir a exploração agrícola.

O sistema adotado na gestão das UCPs é a criação de comissões diretivas eleitas pelos trabalhadores em assembleia geral. Em regra, as direções das UCPs são constituídas por delegados das comissões de trabalhadores existentes em cada uma das herdades que constituem a unidade de produção. Cada UCP tinha os seus estatutos que seguiam um modelo apresentado pelo sindicato, o mesmo acontecendo ao seu regulamento interno de funcionamento (Baptista, 1979; Barros, 1980).

Apesar de as mulheres já estarem mais presentes na última fase do processo de ocupações, o que se verifica é que elas vão continuar a estar ausentes nos órgãos de gestão das UCPs, quer seja nas comissões diretivas, quer seja nas comissões de trabalhadores, não havendo em todo o distrito de Beja uma única mulher eleita para qualquer um destes órgãos (Quadro 1). Isto acontece porque são poucas as mulheres que eram trabalhadoras efetivas, mantendo-se estas como trabalhadoras eventuais, necessárias apenas para algumas tarefas agrícolas em determinadas alturas do ano, pelo que não podiam ser eleitas para qualquer órgão diretivo. A mesma situação de ausência das mulheres assalariadas rurais, encontramos-la nas assembleias constitutivas das UCPs no final do ano de 1975, princípio de 1976, em que o número de mulheres presentes é muito inferior ao dos homens (Quadro 2).

As assembleias constitutivas das UCPs eram abertas à participação de todos os trabalhadores rurais, independentemente do género ou do vínculo laboral, abrangendo tanto trabalhadores efetivos como eventuais. Esta abertura permitiu a presença de

15. Entrevista a Idalete Vieira, Vidigueira, agosto de 2021.

mulheres nesses momentos fundacionais, ainda que em número pouco expressivo, representando, em média, 11,2% dos participantes.

QUADRO 1

Constituição dos órgãos diretivos de 35 UCPs existentes no distrito de Beja, 1976

Concelhos	Comissão Diretiva			Comissão de Trabalhadores	
	N	H	M	H	M
Aljustrel	2	16	0	65	0
Alvito	2	17	0	57	0
Barrancos	1	8	0	—	0
Beja	7	48	0	184	0
Castro Verde	3	23	0	96	0
Mértola	4	22	0	83	0
Ferreira	4	29	0	95	0
Odemira	5	32	0	157	0
Moura	7	54	0	234	0
TOTAL	35	249	0	971	0

Fonte: Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja¹⁶.

QUADRO 2

Número de trabalhadores por sexo nas Assembleias constitutivas de 4 UCP do distrito de Beja, 1975-1976

UCP	Total de	Homens	Mulheres	% de mulheres
Margem Esquerda	510	458	52	10,20%
Luta dos Camponeses	91	91	0	0%
Otelo Saraiva Carvalho	63	57	6	9,52%
Custou,	124	94	30	24,10%
TOTAL	788	700	88	11,20%

Fonte: Arquivo do sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja¹⁷.

16. Arquivo da Reforma Agrária, Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Atas de constituição da comissão diretiva e das comissões de trabalhadores das seguintes cooperativas: Freguesia da Unidade, Para Frente Iremos, Alvito Vencerá, Alentejo em Luta / 7 de Fevereiro, Fronteira Alentejana, Vanguarda do Alentejo, Vida Nova, Pioneiros da Reforma Agrária, Seara Nova, Terra de Pão, Coração da Revolução, Sol do Alentejo, Alentejo Vermelho / Trabalhar é Produzir, Grito da Revolução, Unidade de Alegria, Freguesia Sem Medo, Estrela do Guadiana, Na Unidade os Trabalhadores Avançam, Boa União, Ou Vai ou Racha, Planície Dourada, Alentejo em Frente, Aqui lutamos todos, Vitória é Nossa, Recuar é Morrer, Custou, mas sempre foi, Vitória do Povo, 1918, Trabalho e Paz, Estrela das 5 Quinas do Baixo Alentejo, A Terra a Quem a Trabalha / Umberto Delgado, Heróis da Restauração, A Hora é de Unidade, É Difícil, mas é Nossa, Sombra Negra de Moura Salúquia.

17. Arquivo da Reforma Agrária, Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Atas das reuniões das assembleias constitutivas das Unidades Coletivas de Produção Margem Esquerda, Luta dos Camponeses, Otelo Saraiva de Carvalho, Custou, mas sempre foi.

Entre as UCPs analisadas, destaca-se a UCP Luta dos Camponeses, pela ausência total de mulheres na sua assembleia constitutiva, contrastando com a UCP Custou, mas sempre soi, onde a participação feminina atingiu os 24,1%. Esta última constitui uma exceção significativa no contexto alentejano, podendo ser explicada pela sua localização na freguesia de Santa Clara-a-Velha, no concelho de Odemira, uma área caracterizada por práticas agrícolas de regadio. Este tipo de agricultura, ao contrário da de sequeiro, empregava historicamente uma maior proporção de mão de obra feminina, o que poderá ter facilitado a participação das mulheres nos processos organizativos da UCP. Esta interpretação ganha consistência quando comparada com o caso da UCP Luta dos Camponeses, situada igualmente no concelho de Odemira, mas numa zona de agricultura de sequeiro, onde a presença feminina no trabalho agrícola era menos expressiva, refletindo-se na ausência de mulheres na assembleia constitutiva.

Além disso, os eleitos recrutavam-se preferencialmente no grupo minoritário dos que tinham experiência e capacidade de gestão, ou seja, os antigos feitores, encarregados, pequenos agricultores ou seareiros, e embora também aparecessem alguns trabalhadores indiferenciados (Baptista, 2010: 140), as mulheres estavam completamente arredadas dos órgãos de direção.

Não estando presentes nos órgãos de direção, as mulheres participavam ativamente nos plenários, que reuniam todos os trabalhadores, independentemente de serem eventuais ou efetivos. É nestes plenários que as mulheres começam a tomar a palavra, a colocar o dedo no ar para falar, a intervir publicamente, dando a sua opinião e denunciando o que achavam que não estava correto:

«Quando havia os plenários, nós íamos todas para o monte, porque realizavam-se no monte. Nós íamos todas contentes para os campos, éramos muito acarinhadas. Havia muitas mulheres e eram muito participativas, faziam muitas intervenções»¹⁸.

«A comissão de trabalhadores não tinha mulheres, mas participamos sempre nos plenários. Nos plenários falávamos mais do que os homens. Ao princípio para formar a UCP tinham de ser realmente as pessoas que lá estavam e que sabiam dirigir o trabalho, dirigir as pessoas. Esses é que ocuparam. Nós que só trabalhávamos sazonalmente para as vindimas, para as azeitonas, mas não estávamos lá sempre não podíamos participar nessa direção»¹⁹.

18. Entrevista a Idalete Vieira, Vidigueira, agosto de 2021.

19. Entrevista a Salomé Varela, Cuba, agosto de 2021.

Paula Godinho também destaca este fato, considerando que o ato de levantar o braço inscreve estas mulheres numa unidade conta, o que «para as subalternas e os subalternos, foi algo inusitado», de tal forma que merece destaque nas lembranças sobre a reforma agrária (Godinho, 2024: 169), remetendo para um momento fulcral na história das e dos assalariados rurais.

As principais reivindicações das mulheres alentejanas eram as 8 horas de trabalho e o salário igual para trabalho igual. Enquanto a primeira reivindicação foi satisfeita, nunca as mulheres trabalhadoras agrícolas conseguiram alcançar a igualdade salarial, recebendo sempre um salário inferior ao dos homens. É certo que o caderno reivindicativo dos assalariados rurais, aprovado na reunião de 9 de junho de 1974, é aceite, no essencial, pelos empresários agrícolas dos concelhos de Beja e Serpa após um período de greve à ceifa e à debulha e que nestas greves as mulheres estão presentes. No entanto, a proposta salarial que leva à luta prevê um salário de 170\$00 para os homens e de 120\$00 para as mulheres e, em matéria de emprego, garantia trabalho para todos os homens durante noventa dias, que é o período de vigência do acordo, mas só de quarenta e cinco dias para as mulheres²⁰. A situação de subalternidade vivida pelas mulheres no trabalho dos campos antes de 25 de abril de 1974, traduzida numa jorna inferior ao do homem, mesmo realizando tarefas idênticas, vai estar patente em todo o processo revolucionário nos campos do sul, como estará presente uma certa conceção sobre o papel da mulher no mundo do trabalho agrícola, nunca explicitada, mas perceptível em medidas concretas, de que as tarefas agrícolas femininas, ao contrário das dos homens, devem ser reduzidas ao mínimo, uma vez que estas têm uma missão a desempenhar e que só a elas dizem respeito: cuidar do lar e educar os filhos. Além disso, a maioria das mulheres mantiveram-se preferencialmente como trabalhadoras sazonais, executando tarefas que exigiam grande quantidade de mão-de-obra: monda, nas sachas, na ceifa e apanha da azeitona, do tomate e da fava, todos trabalhos «realizados numa posição de costas dobradas para a frente ou de agachamento, algo a que os homens raramente se permitiam, por considerarem humilhante e pouco digno» (Almeida, 2006: 79). O que está subjacente a esta situação é a continuação de uma mentalidade e comportamento machista e patriarcal, que continua a ter uma ideia conservadora e tradicional do papel que deve ser assumido pela mulher e pelo homem no mundo do trabalho e na sociedade. Apesar da revolução política, económica e social que se assistiu nos campos do sul, e em todo o país, a revolução das mentalidades era muito mais difícil de fazer. Era a ideologia do Estado Novo sobre o papel da mulher na sociedade que continuava a dominar todas as classes e grupos sociais dos campos do sul.

20. Arquivo da Reforma Agrária, Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Caderno Reivindicativo dos Assalariados Rurais, 9 de junho de 1974.

Todavia, as mulheres que participaram na reforma agrária vêm estes anos como um momento de emancipação feminina, ou seja, de ganho de consciência da sua condição de mulher e de luta pelos seus direitos, procurando o estabelecimento da igualdade entre homens e mulheres.

Os relatos das entrevistas mostram como antes da revolução predominava um modelo de sociedade patriarcal, em que as mulheres estavam confinadas ao espaço doméstico, em que não podiam ter atividades sociais sem a presença e autorização do marido. Estas mulheres consideram que foi com o 25 de abril e com a realização das sessões de esclarecimento que eram dinamizadas pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) e pelo Movimento Democrático de Mulheres (MDM) que começaram a perceber a sua condição, a ganhar consciencialização política e social e a reivindicar o direito à participação na vida pública e social que até aí lhe tinha sido restringida. A prática de sair com outras mulheres para atividades culturais, como o cinema, é apontada como símbolo dessa nova autonomia e do surgimento de uma consciência coletiva feminina:

«A mulher começou a ter mais liberdade. Com a evolução, começa a haver as sessões de esclarecimento e as mulheres começam a ser esclarecidas que o seu papel não é apenas a casa e os filhos. As mulheres não iam a um café, nem a um baile sem a presença do marido. Após o 25 de Abril, as mulheres começam a encarar as coisas de forma diferente e a compreender que tinham o mesmo direito do marido de sair. E a partir daí, de maneira que a gente nem se apercebe como, começa a sair, a ir ao cinema, porque não só temos cinema na Vidigueira há décadas, mas era impensável a mulher ir ao cinema. Quando muito ia já com o marido. Mas, depois, juntávamos três ou quatro e íamos ao cinema ou a outro espetáculo qualquer que fosse surgindo. E, depois, começa a participar noutras coisas, onde pudesse confraternizar com outras mulheres»²¹.

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho agrícola também são sinalizadas pelas entrevistadas, que salientam o facto de terem tido acesso a trabalhos mais estáveis, sem estarem sujeitas às arbitrariedades dos patrões, mesmo que a maioria continuasse a ser trabalhadoras eventuais:

«A reforma agrária foi um grande passo para a emancipação das mulheres alentejanas. Houve uma mudança total. Basta uma mulher levantar-se e saber

21. Entrevista a Idalete Vieira, Vidigueira, agosto de 2021.

que tinha um trabalho. Não ficar em casa, ou não irmos ao mercado à espera que viessem os patrões e dissessem tu e tu e tu vais trabalhar comigo. Sermos escolhidas como nós vamos à banca do peixe e escolhemos este peixe, este peixe e este peixe»²².

Para estas mulheres a garantia de emprego e aumento dos salários, mesmo mantendo-se as desigualdades, foi fundamental para a melhoria das suas condições de vida e uma transformação do quotidiano feminino. O acesso a bens antes considerados de luxo, como eletrodomésticos, é apresentada como um sinal tangível do progresso feminino e também lhes permitiu uma mudança de mentalidades, o que resultou numa alteração dos papéis de género, com as mulheres a reivindicarem um espaço de maior igualdade dentro da esfera doméstica e familiar, mas também no espaço profissional e social:

«Havia mais dinheiro, porque o trabalho começou a surgir e o dinheiro gera progresso, não é verdade? Começa-se a comprar uma máquina de lavar e outros eletrodomésticos, que eram artigos de luxo. Até aí quase ninguém tinha e a vida ficava mais facilitada. Vinha-se do campo e tinha-se uma máquina de lavar, facilitava e de grande maneira. As mulheres a trabalharem os horizontes começa-se a abrir e começam a querer dar aos filhos um futuro que elas próprias não tiveram [...]. A própria vivência tornou-se diferente, porque antigamente o papel da mulher estava confinado ao campo e às casas e a vida mudou completamente, os horizontes abriram-se. As mulheres começam a estudar de noite, e houve pessoas que conseguiram até tirar licenciaturas e tiveram um futuro bastante promissor»²³.

O relato acima citado mostra-nos que a mudança de paradigma não se limitou à esfera imediata do trabalho e da socialização, mas alargou-se à dimensão intergeracional, com a vontade das mulheres de garantir uma educação melhor para os filhos e para elas próprias. A educação surge, assim, como uma das ferramentas mais poderosas de continuidade do processo emancipatório iniciado com a reforma agrária.

As vozes recolhidas nas entrevistas realizadas evidenciam que a reforma agrária não foi apenas uma redistribuição de terra, mas também de dignidade, autonomia e oportunidades, especialmente para as mulheres. A abertura de horizontes, mencionada repetidamente, sintetiza o impacto estrutural desta fase histórica na vida das mulheres

22. Entrevista a Salomé Varela, Cuba, agosto de 2021.

23. Entrevista a Idalete Vieira, Vidigueira, agosto de 2021.

alentejanas. Este processo contribuiu para a reconstrução de identidades femininas mais livres, conscientes e participativas, quebrando padrões históricos de subordinação.

4. CONCLUSÃO: «O TEMPO MAIS DITOSO, EM QUE O FUTURO NASCEU»²⁴: TAMBÉM O FOI PARA AS MULHERES?

A ideologia de género salazarista e a reprodução da divisão sexual do trabalho continuam presentes nos campos do sul durante a reforma agrária. As mulheres continuaram a ser trabalhadoras sazonais, a ganhar menos do que os homens, mesmo quando uma das suas principais reivindicações era «salário igual para trabalho igual»; a estar ausentes dos órgãos de direção das UCPs e das comissões de trabalhadores; a desempenhar tarefas diferentes dos homens: «Continuaram agachadas a apanhar legumes e tomates, enquanto os homens conduziam tractores e ceifeiras-debulhadoras»²⁵; e continuaram a ser as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e pelos cuidados dos filhos e dos idosos.

Com Revolução de 1974-1975 subverte-se toda a ordem política, económica e social do país. Para as mulheres rurais do Alentejo, no sul de Portugal, a estrutura mental do anterior regime, que lhes confere um papel de subalternidade, continua a manter-se e evidencia-se na dificuldade em ocupar cargos de direção nos sindicatos e nas cooperativas e na manutenção do papel tradicional de cuidadora da casa e dos filhos. No entanto, apesar desta aparente ausência das mulheres, elas estão envolvidas em todo o processo, ainda que de forma menos visível, participando em plenários, em manifestações e greves, apoiando os maridos e os filhos nos processos de ocupações, tomando a palavra e organizando-se para reivindicar os seus direitos. Esta participação na reforma agrária faz-se num triplo papel: de trabalhadoras, de mulheres e de cidadãs. Como tal, é valorizado pelas próprias como o momento em que ganham consciência da sua condição de género e começam o seu próprio processo de emancipação feminina, reivindicando a igualdade em todos os domínios da vida.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento a Constantino Piçarra pela colaboração na pesquisa e nas entrevistas e pelos esclarecimentos sobre o processo da reforma agrária no Alentejo e ao Joaquim

24. «Alentejo é esperança», da autoria de José Borralho, cantador do grupo voral e etnográfico Amigos do Alentejo do Feijó, moda de 1989.

25. «Sonhando com um mundo de iguais, Hermínia invadiu uma herdade», *Público*, 10/05/2024.

Rosa pela gravação das entrevistas em vídeo. Também se agradece todos os comentários e sugestões dos avaliadores externos da revista *Historia Agraria*.

ENTREVISTAS

GEORGINA, Odemira, entrevista realizada por Ana Sofia Ferreira, Constantino Piçarra e Joaquim Rosa, em agosto de 2021.

IDALETE VIEIRA, Vidigueira, entrevista realizada por Ana Sofia Ferreira, Constantino Piçarra e Joaquim Rosa, em agosto de 2021.

SALOMÉ VARELA, Cuba, entrevista realizada por Ana Sofia Ferreira, Constantino Piçarra e Joaquim Rosa, em agosto de 2021.

TERESA FERNANDES, Albernoa, entrevista realizada por Ana Sofia Ferreira, Constantino Piçarra e Joaquim Rosa, em agosto de 2021.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Antónia Pires (2006). *A Revolução no Alentejo: Memória e trauma da reforma agrária em Avis*. Instituto de Ciências Sociais.

ALMEIDA, Maria Antónia Pires (2010). *Memórias alentejanas do século XX*. Princípiã.

ABRAMS, Lynn (2010). *Oral History Theory*. Routledge.

BAPTISTA, Fernando Oliveira (1978). *Portugal 1975: Os campos*. Afrontamento.

BAPTISTA, Fernando (1979). Sobre a economia das cooperativas e unidades colectivas de produção. In *Economia e Socialismo*, (41/42), 13-19.

BAPTISTA, Fernando (1993). *A política agrária do Estado Novo*. Afrontamento.

BAPTISTA, Fernando Oliveira (2001). O 25 de abril, a sociedade rural e a questão da terra. In José Maria Brandão de BRITO (Dir.), *O país em Revolução*. Notícias.

BAPTISTA, Fernando Oliveira (2008). A herança da Reforma Agrária. In Constantino PIÇARRA, *Campos do Sul, Memória de uma Revolução, transformações económicas sociais, 1974-75*. Instituto de História Contemporânea.

BAPTISTA, Fernando Oliveira (2010). *Alentejo, a questão da terra*. 100 Luz.

BAPTISTA, Fernando Oliveira (2021a). *Agricultura, Terra, Rural, Tempos de Mudança*. 100 Luz.

BAPTISTA, Fernando Oliveira (2021b). *A Aldeia e o Mundo Novo: Os Pioneiros dos Cortiços*. 100 Luz.

BARRETO, António (1983). O Estado e a Reforma Agrária: 1974-76. *Análise Social*, XIX(77-78-79), 513-575.

- BARRETO, António (1984). Classe e Estado: Os sindicatos na Reforma Agrária. *Análise Social*, XX(80), 41-96.
- BARRETO, António (1986). *L'État et la Société Civile au Portugal: Révolution et réforme agraire en Alentejo, 1974-1976*. Tese de dissertação. Gradiva.
- BARRETO, António (1987a). *Memória da Reforma Agrária*. Publicações Europa-América.
- BARRETO, António (1987b). *Anatomia de uma Revolução: A reforma agrária em Portugal 1974-1976*. Publicações Europa-América.
- BARROS, Afonso de (1980). As Novas Unidades da Reforma Agrária e a Transformação da Agricultura Latifundiária em Portugal. In Afonso de BARROS (Coord.), *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica* (pp. 382-406). Fundação Calouste Gulbenkian.
- BARROS, Afonso de (1981). *A Reforma Agrária em Portugal, das ocupações de terras à formação das novas unidades de produção*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- BARROS, Afonso de (1986). *Do Latifúndio à Reforma Agrária: O Caso de uma Freguesia do Baixo Alentejo*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- BERMEO, Nancy (1986 [2024]). *A Revolução Dentro da Revolução. O controlo operário no Portugal rural*. Tinta da China.
- BRASÃO, Inês (1999). *Dons e Disciplina do Corpo Feminino: Os discursos sobre o corpo na história do Estado Novo*. Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- CALVÁRIO, Rita & HONÓRIO, Cecília (2024). «Nos campos, nós mulheres lutamos muito»: As mulheres rurais e o 25 de Abril. *Revista Ex Aequo*, (50), 57-73.
- CARMO, Renato (2007). As desigualdades sociais nos campos: O Alentejo entre as décadas de 30 e 60 do século xx. *Análise Social*, XLII(184), 811-835.
- CATALUNA, Anabela Baleizão (1996). *A reforma Agrária no Concelho de Serpa*. Universidade Moderna.
- CAVACO, Carminda (1981). *A mulher na agricultura portuguesa: Estudos de Geografia Humana e Regional*. Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- CLARK, Sandra McAdam & O'NEILL, Brian Juan (2024). Agrarian Reform in Southern Portugal. *Etnográfica*, (número especial-1), 37-64.
- CUTILEIRO, José (2004). *Ricos e Pobre no Alentejo (Uma Sociedade Rural Portuguesa)*. Livros Horizonte.
- DEERE, Carmen Diana & LÉON, Magdalena (2000). *Género, propiedad y empoderamiento: Tierra, Estado y mercado en América Latina*. TM Editores/Universidad Nacional de Colombia.
- FERNANDES, Margarida (2006). *Terra de Catarina, do Latifundismo à Reforma Agrária: Ocupação de Terras e Relações Sociais*. Celta.
- FERREIRA, Ana Sofia (2024). *Entre a tradição e a modernidade: A vida quotidiana no Estado Novo*. Manuscrito.

- FERRO, António (1932). *Salazar, o Homem e a Sua Obra*. Empresa Nacional de Publicidade.
- GODINHO, Paula (2001). *Memórias da Resistência Rural no Sul: Couço (1958-1962)*. Celta.
- GODINHO, Paula (2024). Mais abafadas do que esquecidas: sombras perenes e memória coletiva da Reforma Agrária. In Manuel LOFF & Miguel CARDINA, *25 de Abril: Revolução e mudança em 50 anos de memória* (pp. 153-182). Tinta-da-China.
- GUHA, Ranajit (1997). *Subaltern Studies Reader (1986-1995)*. University of Minnesota Press.
- LAMAS, Maria (1948). *As mulheres do meu país*. Actualis.
- ORTEGA, Teresa Maria & CABANA IGLESIA, Ana (2021). *Haberlas, haylas: Campesinas em la Historia de España en el siglo XXI*. Marcial Pons Historia.
- PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (1982). *60 Anos de Luta ao Serviço do Povo e da Pátria*. Avante.
- PAULILO, Maria Ignez (2016). *Mulheres rurais: Quatro décadas de diálogo*. Universidade Federal de Santa Catarina.
- PEREIRA, José Pacheco (1908). As lutas sociais dos trabalhadores alentejanos: Do banditismo à greve. *Análise Social*, 6(61-62), 135-156.
- PERROT, Michelle (2005). *As mulheres ou os silêncios da história*. Universidade do Sagrado Coração.
- PIÇARRA, Constantino (2008). *As ocupações de terra no distrito de Beja (1974-1975)*. Almedina.
- PIÇARRA, Constantino (2020). O impacto político, económico e social da reforma agrária nos campos do Sul de Portugal, 1975-1977. *Investigaciones históricas: Época moderna e contemporânea*, (40), 57-84.
- PIÇARRA, Constantino (2022). *Revolução e contrarrevolução nos campos de Portugal: Análise histórica das políticas agrárias, 1975-1977*. Tese de doutoramento. Universidade Nova.
- SCOTT, James (2013). *A dominação e a arte da resistência: Discursos ocultos*. Letra Livre.
- PIMENTEL, Irene (2007). *Mocidade Portuguesa Feminina*. Esfera dos Livros.
- SHORTALL, Sally (1999). *Women and Farming: Property and Power*. Macmillan Press/St. Martin's Press.
- SILVA, Carlos da, CARVALHO, Agostinho de, CRUZ, Raúl Dias da (1976). *Inquérito às Explorações Agrícolas do Baixo Alentejo*. Instituto Gulbenkian da Ciência.
- RUIVO, Jorge Rodrigues (2001). *Portugais et population d'origine portugaise en France*. L'Harmattan.
- SOEIRO, José (1995). Alentejo: os sindicatos na luta contra o latifúndio. *Vértice*, (68), 11-18.
- SOEIRO, José (2013). *Reforma Agrária, A Revolução no Alentejo*. Página a Página.
- SOUSA, João (2011). *A Reforma Agrária em S. Manços: A UCP Unidade dos Trabalhadores Agrícolas de S. Manços*. Cooperativa de Produção Agrícola de S. Manços.

- TRIGO, Maria Márcia (1991). Mulheres em contexto de emigração. *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, (1-2), 217-223.
- VAQUINHAS, Irene (2019). História das mulheres e de género em Portugal: Horizontes temáticos e desafios atuais. *Faces de Eva*, (número extra), 37-55.
- WHATMORE, Sarah (1991). *Farming Women: Gender, Work and Family Enterprise*. Palgrave MacMillan.